

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA

OS DESAFIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS



GOIÂNIA, 07 DE ABRIL DE 2017.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Assembleia Legislativa do Estado de Goiás - Alameda dos Buritis, nº 231 Setor Oeste
CEP: 74.019-900 – Goiânia – GO - Fone: (62) 3221-3042 - E-mail: cspalego@gmail.com

APRESENTAÇÃO

O Seminário realizado no dia 07 de abril de 2017, das 08:00 às 18:00 horas, foi organizado pela Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, por iniciativa de sua presidenta Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, em parceria com o Instituto Nacional de Educação Pesquisa e Instrução em Segurança Pública – INEP BRASIL, no auditório Costa Lima desta casa de leis. Teve como objetivo discutir os desafios e a integração das forças de segurança pública no Brasil, além de abordar o modelo de segurança de outros países, como o Estados Unidos.

O Seminário seguiu a seguinte programação:

08:00 – Credenciamento

09:00 – Abertura e Composição da Mesa

09:20 – Apresentação do INEP BRASIL

09:30 – Palestra: “O Modelo Policial Norte-Americano”

** Palestrante: Shane S. McSheehy (Comandante do Departamento de Polícia de Eustis, Flórida – EUA e Instrutor S.W.A.T)

12:00 – Intervalo para Almoço

13:00 – Palestra: “Integração e Cooperação para a Formação das Guardas Civis Municipais no Formato Técnico Acadêmico”

** Palestrante: Hernany Bueno (Assessor da Secretaria de Segurança e Administração Penitenciária do Estado de Goiás)

13:30 – Palestra: “O Estado de Goiás e a Pacificação Social: Dilemas e Desafios”

** Palestrante: Michele Cunha Franco (Pós doutoranda em Direitos Humanos - UFG, Pesquisadora - Núcleo de Estudos da Violência e da Criminalidade - NECRIVI UFG, Advogada e Doutora em Sociologia - UFG/ PDSE University of Alberta-CA)

14:00 – Palestra: “Os Desafios das Forças de Segurança Pública no Brasil”

** Palestrante: Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi

15:00 – Debate

16:00 – Palestra: “Integração das Forças de Segurança Pública”

** Palestrante: Dr. Luís Flávio Saporì (Doutor em Sociologia, Coordenador do Centro de Pesquisas em Segurança Pública da PUC – MG)

RELATÓRIO

O Seminário de Segurança Pública, proposto pela deputada Delegada Adriana Accorsi (PT), foi a principal atividade da Casa ao longo desta sexta-feira, 7 de abril. O evento, uma parceria da Assembleia Legislativa de Goiás, através da Comissão de Segurança Pública e o Instituto Nacional de Educação, Pesquisa e Instrução em Segurança Pública (Inep Brasil), foi realizado no Auditório Costa Lima.

A mesa diretiva da audiência no período da manhã foi composta, além da presidenta da Comissão Deputada Delegada Adriana Accorsi, pelo secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás, Ricardo Balestreri; pelo presidente da Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia, inspetor José Eulálio Vieira, representando o prefeito de Goiânia, Iris Rezende (PMDB), e o diretor executivo-chefe as U.S Police Instructor Teams, Ibrahim Soares.



Também compuseram a mesa o delegado de polícia e vereador de Goiânia, Eduardo Prado (PV); o representante do comando-geral da Polícia Militar de Goiás, coronel Anésio Barbosa da Cruz Júnior; o representante do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, coronel Lindomar Antônio Ferreira; o representante do curso de pós-graduação em Ciências

de Segurança Pública da UEG/Saes, capitão Reis; a representante do Conselho Comunitário de Segurança, Adriana Dias da Silva, e o representante do Delegado Geral da Polícia Civil, Dr. Gustavo Ferreira.

A deputada Delegada Adriana Accorsi iniciou o seminário agradecendo a presença de todos os componentes da mesa, parabenizando todos os organizadores do evento e saudando os demais participantes do seminário.

Em seu discurso de abertura do evento, a presidenta da CSP, Deputada Delegada Adriana Accorsi, ressaltou a importância da discussão de segurança pública entre Estado, Polícia, Comunidade e Academia para que juntos se possa chegar a um estado mais seguro para todos. Pediu para que todos os presentes dedicassem esse dia de estudo em memória da menina Ana Clara¹ que foi assassinada de uma forma brutal e para que nunca mais se repita em nosso estado.

Em seguida, estabeleceu-se um tempo de 3 minutos para que os componentes da mesa pudessem expressar sua opinião sobre o assunto tratado. Iniciou-se com o secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, Ricardo Brisola Balestreri, que parabenizou a iniciativa da discussão de uma forma inovadora, visto que o compartilhamento de conhecimento e de experiências entre estados e até outros países é uma forma efetiva de resolução de problemas.

O secretário relatou que 95% da população brasileira é constituída por pobres e miseráveis e é fundamental a construção de uma segurança pública voltada para essas pessoas. Concluiu que estamos vivendo num período em que o fenômeno crescente do desemprego culmina diretamente no aumento da criminalidade. E ressaltou a crise do sistema carcerário, sendo necessário uma discussão técnica e científica para a solução deste problema.

O delegado de polícia e vereador de Goiânia Eduardo Prado afirmou ser fundamental a integração das forças de segurança (polícia militar, civil, guarda municipal) junto com a sociedade para resolver os problemas da segurança pública, parabenizando a iniciativa do seminário que cumpre esse o objetivo.

O próximo da mesa a falar foi o representante do comando-geral da Polícia Militar de Goiás, coronel Anésio Barbosa da Cruz Júnior, que frisou que o Brasil é um dos países

¹ Assassinato da menina Ana Clara Pires Camargo de 7 anos, em fevereiro de 2017, na cidade de Santo Antônio de Goiás, na região metropolitana de Goiânia, quando saiu para entregar um dinheiro para a vizinha e não voltou mais.

que tem maior população carcerária do mundo e ao mesmo tempo é o país da impunidade. Tendo em vista esse processo de percepção penal ineficiente e moroso que é uma homenagem a impunidade e que gera a criminalidade.



O coronel Anésio acredita que a longo prazo, é necessário investir na educação e a curto e médio prazo na alteração do processo penal. Criticou a forma como funciona a audiência de custódia hoje em dia – “na formatação em que foi positivada em lei a audiência de custódia, ela só serve exclusivamente para perguntar ao preso se ele sofreu algum tipo de lesão ou alguma ilegalidade no momento da sua prisão. Então temos um esforço gigantesco que resulta num retorno pífio. A audiência de custódia já poderia ser o primeiro ato para montagem de um acordo penal, ao invés de acelerar ela figura apenas como algo decorativo”.

O representante do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, coronel Lindomar Antônio Ferreira, declarou que como ex-diretor do presídio semiaberto acredita ser necessário repensar na lei de execução penal, “é preciso que o preso no ambiente carcerário trabalhe obrigatoriamente e receba por esse trabalho para que quando ele sair da prisão tenha condições de restabelecer sua vida”.

O representante do curso de pós-graduação em Ciências de Segurança Pública da UEG/Saesp, capitão Reis defendeu a união de todas cooperações de segurança pública (polícia civil, militar, corpo de bombeiro, guarda municipal, etc), reafirmando que nenhuma se sobrepõe sobre a outra. Pontuou que para se ter segurança pública de qualidade é

necessário a participação da academia com produção de conhecimento e publicação de artigos; compartilhamento de informações; trazer a comunidade para participar; existência do ciclo completo de polícia.

Como representante do prefeito de Goiânia, Iris Rezende (PMDB), o presidente da Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia, inspetor José Eulálio Vieira, colocou a guarda civil a disposição de todas as forças de segurança em prol de uma cidade mais segura.

Adriana Dias da Silva, representante do Conselho Comunitário de Segurança, afirmou que segurança deve ser pensada de forma coletiva e não individual, de forma organizada entre comunidade, polícia civil e militar, corpo de bombeiros, guarda civil.

Representando o Delegado Geral da Polícia Civil, o delegado Gustavo Ferreira acredita ser de fundamental importância de fomentar as parcerias entre as polícias. Elogiou a Escola Superior da Polícia Civil de Goiás, afirmando ser uma das melhores do país e concluiu ser imprescindível a busca pelo conhecimento para o aperfeiçoamento do trabalho.

Ibrahim Soares, diretor executivo-chefe da U.S Police Instructor Teams, relatou que ontem em sua breve visita às instalações da polícia aqui em Goiás ficou bastante orgulhoso destacando que Goiás está na frente da maioria dos estados brasileiros. Enfatizou que a academia de polícia daqui não perde em nada para nenhuma academia americana. Indicou o site da U.S Police Instructor Teams para leitura de vários artigos que discorrem sobre o sistema prisional americano.

Assim que todos os membros da mesa se pronunciaram foi passada a palavra ao presidente do Instituto Nacional de Educação Pesquisa e Instrução em Segurança Pública – INEP Brasil, Hélio Xavier da Silva (parceiro na organização do seminário) que afirmou que com o aumento da criminalidade houve a necessidade de repensar o modelo de segurança pública adotado pelo Brasil. Sendo assim, o INEP Brasil vem sugerir uma proposta de mudança desse modelo, visando os mais modernos modelos de polícia do Brasil e do exterior, noticiou Xavier.

O presidente do INEP acredita na necessidade de se repensar a forma com a segurança pública funciona hoje em dia, tanto para a segurança do cidadão quanto para a segurança do agente da polícia. Posto isso, Xavier relatou que com a ajuda dos patrocinadores do seminário conseguiu negociar a vinda do palestrante Shane para assim compartilhar seu conhecimento e experiências com todos os presentes no seminário.

Modelo americano

A primeira palestra foi ministrada pelo comandante do Departamento de Polícia da cidade de Eustis, na Flórida, Shane S. Mc. Sheehy. Ele falou sobre o modelo policial norte-americano.

Shane, que é instrutor da S.W.A.T, começou sua palestra destacando as diferenças entre o padrão de segurança estabelecido no Brasil e o vigente nos Estados Unidos.

“Nesta palestra, não quero e não vou sugerir que um modelo de segurança é melhor que o outro, estou aqui para que possamos entender as diferenças, aprender com elas, e assim fazermos uma análise da segurança pública como um todo, até porque as diferenças do Brasil e dos Estados Unidos nessa questão, se dão apenas pela diferença dos modelos, porque na verdade, todos nós lutamos pelo mesmo desafio, garantir a segurança”, afirmou Shane.



Shane destacou principalmente o modelo de segurança em tempo real e expõe as diferenças de como ele é executado. “O Centro de Crime em Tempo Real é caro e eficaz em qualquer lugar, tanto o dos Estados Unidos, quanto o do Brasil, e o de Goiás especificamente são bons. Porém, pelo que pude perceber o sistema do Brasil é mais lento. Nos EUA, possuímos um banco de dados por exemplo, onde ao pararmos um veículo, podemos identificar prontamente se o motorista está na ilegalidade, facilitando então o processo.”

As principais colocações feitas pelo Comandante durante sua fala foram as particularidades das Leis, dos Tribunais, do sistema penitenciário e das funções dos agentes (juízes, policiais, delegados, xerifes) dos Estados Unidos em relação ao Brasil.

Modelo brasileiro

Na retomada dos trabalhos, à tarde, o assessor da Secretaria de Segurança e Administração Penitenciária de Goiás, Hernany Bueno, apresentou a palestra "Integração e Cooperação para a Formação das Guardas Civas Municipais no formato técnico acadêmico".

Hernany Bueno trabalha com um grupo de articulação para a formação de policiais da Guarda Municipal, integrado pelo Prefeito, a Secretaria de Segurança Pública Municipal e a reitoria da Instituto Federal de Goiás.



Segundo ele, os candidatos que entrarem para a Guarda Municipal passam por um curso de Educação à Distância (EAD) composto por 44 disciplinas e, ao final do curso, têm de elaborar um Trabalho de Conclusão do Curso (TCC).

O palestrante destacou o impacto da política pública que implanta o formato técnico acadêmico na formação deste quadro de Segurança Pública Municipal: aprimoramento na prestação do serviço de Segurança Pública; prevenção primária; Polícia Municipal de proximidade; ocupação preventiva dos espaços sociais; ampliação da capacidade das forças de Segurança estaduais para atividades mais especializadas. E ainda: melhoria da percepção

de ação prática dos órgãos de Segurança; e avanço da autoconfiança dos operadores de Segurança Pública municipais.

A próxima palestrante foi a pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência e da Criminalidade, da Universidade Federal de Goiás, Michele Cunha Franco, que apresentou a palestra com o tema "O Estado de Goiás e a Pacificação Social: Dilemas e Desafios". Ela é pós-doutoranda em Direitos Humanos, pela UFG, advogada e doutora em Sociologia pela UFG/PDSE University of Alberta, na Califórnia.



A pesquisadora iniciou sua apresentação comentando sobre a palestra do comandante Shane S. Mc. Sheehy. Ela observou que o Brasil e os Estados Unidos têm em comum o racismo e o sistema de encarceramento em massa. Para ela, o modelo americano é excelente, mas, contudo, é preciso encontrar soluções mais baratas para as forças de Segurança Pública no Brasil.

Em seguida, Michele Cunha Franco fez uma leitura explicando o teor de sua pesquisa na área, preferindo abordar as “principais feridas” da Segurança Pública no País.

De acordo com a pesquisadora, o Brasil já vive uma guerra civil com números de homicídios alarmantes e comparáveis aos do Regime de Bashar al-Assad, na Síria.

Ela abordou temas como paz positiva, enfrentamento da violência social, violência sistêmica e tráfico de drogas. Neste último caso, Michele questiona o problema da droga como o principal desencadeador de números de homicídios no Brasil.

A palestrante acredita, também, que os Direitos Humanos não são apenas para beneficiar os criminosos, mas como um direito das mães que trabalham e querem segurança para seus filhos.

A deputada e delegada Adriana Accorsi falou, na sequência, sobre os desafios das forças de segurança pública no Brasil. Para ela, o setor só vai melhorar com a valorização dos trabalhadores da Segurança Pública, mas outros problemas também tem que ser solucionados, como a falta de investimento na estrutura física e recursos humanos.



Ela citou exemplos como a investigação sobre abusos cometidos contra crianças da comunidade Calunga no município de Cavalcante. “Era impossível uma pessoa trabalhar e receber uma criança para ouvir na delegacia da cidade”, comentou como sendo um exemplo de como é necessário ter delegacias como um local digno.

Outro problema que ela considera grave é a questão do déficit de policiais. “Hoje devemos ter a metade dos policiais civis que nós precisamos. Isto faz com que o policial tenha que escolher qual o crime vai ter que investigar, o que é muito grave, pois se este não for solucionado, vai se propagar, consubstancia sensação de impunidade. Apenas crimes de repercussão são solucionados. Os policias querem investigar, mas com a quantidade de efetivo que temos isso é impossível”, enfatizou.

Em relação à Polícia Militar, Adriana considera que o déficit é “extremamente grave”. “Precisamos de 30 mil policiais e temos por volta de dez ou onze mil. O policial tem que trabalhar no período em que está descansando”, frisou.

Outro problema a ser enfrentado é o colapso do sistema prisional. Segundo ela, a superlotação e o déficit de agentes prisionais faz com que se torne impossível manter a ordem nos presídios. “Hoje temos um agente prisional cuidando de 400 presos”, exemplificou.

A ressocialização dos presos é, segundo ela, outra medida importante, com a necessidade de implantar um projeto específico para mulheres encarceradas. “Queremos apoiar mulheres para que elas consigam ressocializar e voltar para as suas famílias”, ressaltou. A delegada sugeriu também a criação de penas alternativas, lembrando que prender todo mundo não vai adiantar.

A reforma da Previdência Social foi outro tema abordado no pronunciamento da deputada. Para ela, a medida vai prejudicar sensivelmente os trabalhadores e trabalhadoras da Segurança Pública. “A proposta atinge esta categoria de forma específica e grave, pois retira da Constituição o artigo que reconhece a atividade de risco e periculosidade dos trabalhadores de segurança pública na concessão de aposentadoria”, afirmou.

Adriana disse que as mulheres em geral e também as que atuam na Segurança Pública serão prejudicadas, pois perderão o direito de se aposentar mais cedo, apesar de ter uma jornada de trabalho maior, pois cuidam dos filhos e dos afazeres domésticos.

A terceirização também foi outro tema abordado. Adriana prevê que o novo sistema em tramitação no Congresso vai afetar direitos conquistados com a CLT e o serviço público e prevê o fim dos concursos públicos.

A parlamentar falou ainda de temas como violência contra a criança, violência doméstica, violência nas escolas e a necessidade políticas de prevenção de crimes.

Em relação às crianças, afirmou que um caso de pedofilia está demorando em média oito anos para ser julgado em Goiás, demora esta, que considera muito grave. “Isto significa impunidade. Enquanto isso os abusos continuam”, disse.

Adriana lembrou que nem na escola as crianças estão mais seguras, pois professores e alunos são atacados e humilhados. “O grande caminho que a gente tem para a questão da segurança pública é a prevenção. É preciso garantir educação para todas as crianças e investir em programas de primeiro emprego”, salientou.

Integração de forças

O coordenador do Centro de Pesquisa em Segurança Pública da PUC-MG, sociólogo Luís Flávio Saporì, defendeu a integração das forças de segurança do País. Comentou que há um claro paradoxo na sociedade brasileira nos últimos 20 anos: “uma sociedade que foi capaz de reduzir de maneira expressiva a pobreza (avançou nos indicadores sociais, de educação, de saúde), paradoxalmente a violência aumentou nesse mesmo período (homicídios e roubos a mão armada)”.

De acordo com Saporì, o crime se constitui hoje no Brasil um grande obstáculo às instituições democráticas, afetando a qualidade da saúde e da educação. “Não é mais a pobreza e a miséria que provocam a violência urbana no Brasil. Pelo contrário, a violência contribui para o aumento da miséria”, salientou. Afirmou categoricamente que a Segurança Pública é o maior problema do Brasil atualmente.



O sociólogo defendeu a criação de um sistema único de Segurança no País, nos mesmos moldes dos sistemas de saúde e de previdência social, com distribuição de recursos pela União para Estados e Municípios para sua manutenção.

Para ele, esta integração vai ocorrer com a superação de dois graves problemas no plano constitucional. O primeiro deles é o reconhecimento na Constituição das guardas municipais como forças que atuam no município, podendo atuar também no patrulhamento ostensivo e preventivo, assim como já faz a Polícia Militar. “As polícias militares resistem

ao empoderamento das guardas militares pelo receio de perder o monopólio de fazer a segurança nas ruas. Mas o Brasil não pode mais abrir mão das guardas municipais. Elas são fundamentais num quadro de aumento crescente de violência. A população gosta de ver a guarda na rua”, assinalou.

O outro problema grave que ele destacou é que não dá mais para manter duas polícias, uma investigativa (polícia civil) e uma ostensiva (polícia militar) nas ruas. Segundo Flávio, com esta divisão, a disposição de colaboração diminuiu. “As polícias foram divididas por uma conveniência da ditadura militar. Este modelo está sendo testado há 40 anos”, disse.

O palestrante também evidenciou a necessidade de se chamar a sociedade civil para colaborar com as forças de segurança por meio de conselhos comunitários de Segurança Pública. “É fundamental que a sociedade seja chamada a colaborar com o setor. Isso é integração. Não há como mais postergar durante muito tempo isto”, enfatizou.

Debate

Com o fim das palestras, foi aberto um debate com a Mesa formada pela deputada Delegada Adriana Accorsi (PT), o assessor da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária de Goiás, Hermany Bueno e a pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência e da Criminalidade, da UFG, Michele Cunha Franco.

A presidenta da CSP, Deputada Delegada Adriana Accorsi, finalizou agradecendo a presença de todos e o seminário foi encerrado às 17:30.



Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi
Presidente da Comissão de Segurança Pública